



### Anexo da Portaria nº 3605/CGJ/2014

(a que se refere o § 1º do art. 2º da Lei Estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, com redação dada pela Lei Estadual nº 20.379, de 13 de agosto de 2012, atualizado nos termos do artigo 50, caput, da citada Lei nº 15.424/2004 c/c o artigo 17, parágrafo único, da mencionada Lei nº 20.379/2012)

#### TABELA 6 (R\$) - Vigência de 01/01/2015 até 31/12/2015

ATOS DO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao usuário
1 - Averbação			
a) De documento, para integrar registro sem valor declarado	80,67	27,43	108,10
b) De documento, para integrar registro com valor declarado			
até 232.940,00	100,01	31,45	131,46
de 232.940,01 até 582.350,00	161,68	50,84	212,52
acima de 582.350,00	238,75	75,09	313,84
c) De documento que afete registro ou pessoa nele interessada, de quitação e de qualquer documento não especificado, com ou sem conteúdo financeiro	80,67	27,43	108,10
d) Para cancelamento de registro ou averbação, com ou sem conteúdo financeiro	80,67	27,43	108,10
2 - Certificado			
a) Certificado de apresentação, de registro ou averbação, lançado em outras vias ou reproduções de documentos originais, em cada cópia	2,54	0,81	3,35
3 - Matrícula de periódicos e tipografias			
a) Pelo processamento	12,98	4,08	17,06
b) Pela matrícula	39,07	12,29	51,36
4 - Registro (completo, com todas as anotações e remissões)			
a) Registro de título ou documento com conteúdo financeiro, traslado na íntegra ou por extrato:			
até 232.940,00	100,01	31,45	131,46
de 232.940,01 até 582.350,00	161,68	50,84	212,52
acima de 582.350,00	238,75	75,09	313,84
b) Registro de título ou documento sem conteúdo financeiro, traslado na íntegra ou por extrato	80,67	27,43	108,10
c) Contrato, estatuto e qualquer outro ato constitutivo de sociedade ou associação civil, com conteúdo financeiro:			
até 232.940,00	100,01	31,45	131,46
de 232.940,01 até 582.350,00	161,68	50,84	212,52
acima de 582.350,00	238,75	75,09	313,84
d) Contrato, estatuto e qualquer outro ato constitutivo de sociedade ou associação civil e fundação e alterações, sem conteúdo financeiro	80,67	27,43	108,10
e) Ato ou documento emanado de sociedade ou associação civil e de fundação, para validade contra terceiros, com conteúdo financeiro:			
até 232.940,00	100,01	31,45	131,46
de 232.940,01 até 582.350,00	161,68	50,84	212,52
acima de 582.350,00	238,75	75,09	313,84
f) Ato ou documento emanado de sociedade ou associação civil e de fundação, para validade contra terceiros, sem conteúdo financeiro	80,67	27,43	108,10
g) Registro de livro de contabilidade (encadernado) por conjunto de até 100 folhas	29,96	9,98	39,94
h) registro de livro de folhas soltas por conjunto de até 100 folhas	29,96	9,98	39,94

ATOS DO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao usuário
i) Abertura ou cancelamento de filial, com conteúdo financeiro			
até 232.940,00	100,01	31,45	131,46
de 232.940,01 até 582.350,00	161,68	50,84	212,52
acima de 582.350,00	238,75	75,09	313,84
j) Abertura ou cancelamento de filial, sem conteúdo financeiro, por unidade	80,67	27,43	108,10
5 - Certidões:			
a) de inteiro teor:			
a.1) pela 1ª folha	14,26	5,04	19,30
a.2) por folha acrescida à 1ª (primeira)	0,62	0,13	0,75
b) Em relatório conforme quesitos - por quesito, independentemente do número de folhas	14,26	5,04	19,30

**Nota I** - As certidões em relatório sempre informarão, além do quesito requerido pela parte, a existência, quando houver, de outras alterações averbadas, independentemente do pagamento de novos valores.

**Nota II** - (VETADO)

#### TABELA 8 (R\$) - Vigência de 01/01/2015 até 31/12/2015

ATOS COMUNS A REGISTRADORES E NOTÁRIOS	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao usuário
1 - Arquivamento (por folha)	4,80	1,51	6,31
2 - (Vetado)			
3 - Busca em livros e documentos arquivados (por período de cinco anos)	3,39	1,05	4,44
4 - Certidão			
a) de inteiro teor ou em resumo, independentemente do número de folhas	14,27	5,04	19,31
b) em relatório conforme quesitos, independentemente do número de folhas	24,97	5,04	30,01
5 - Diligência (além de condução e hospedagem, quando for o caso)			
a) Nos perímetros urbano e suburbano da sede do município	8,41	2,65	11,06
b) No perímetro rural da sede do município	14,57	4,59	19,16
c) Fora desses limites	19,54	6,14	25,68
6 - Levantamento de dúvida			
a) Levantamento de dúvida, na hipótese de não se efetivar o registro	12,98	4,08	17,06
7 - (Vetado)			
8 - (Vetado)			
9 - (Vetado)			
10 - Comunicações em geral, por meio físico ou eletrônico, em decorrência de determinação legal ou judicial, não compreendidas nas demais hipóteses previstas nesta lei ou nas tabelas, além das despesas (por ato)	4,02	1,26	5,28

*(Item acrescentado pela Lei nº 20.379, de 13/8/2012. Dispositivo sem eficácia em virtude do art. 1º da Lei nº 20.379/2012, cujo veto oposto pelo Governador do Estado foi mantido pela Assembleia Legislativa em 20/9/2012)*

**Nota I** - Não serão cobrados valores a título de busca, se dela resultar o fornecimento de certidão.

**Nota II** - Os itens 4 e 5 desta tabela não se aplicam aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais. (Nota com redação dada pela Lei nº 20.379, de 13/8/2012. Vetada pelo Governador do Estado e restabelecida pela Assembleia Legislativa em 20/9/2012. Vide art. 17 da Lei 20.379/2012)

**Nota III** - O item 4 desta tabela não se aplica aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Registros de Títulos e Documentos.

**Nota IV** - Os itens 7 a 10 desta tabela não se aplicam ao Tabelionato de Protesto. *(Nota acrescentada pela Lei nº 20.379, de 13/8/2012. Dispositivo sem eficácia em virtude dos vetos aos itens 7, 8 e 9, bem como ao art. 1º da Lei nº 20.379/2012, opostos pelo Governador do Estado e mantidos pela Assembleia Legislativa em 20/9/2012)*

**Nota V** - A cobrança pela digitalização a que se refere o item 8 desta tabela e pela microfilmagem a que se refere o item 9 desta tabela exclui a cobrança pelo arquivamento. *(Nota acrescentada pela Lei nº 20.379, de 13/8/2012. Dispositivo sem eficácia em virtude do veto ao item 9, oposto pelo Governador do Estado e mantido pela Assembleia Legislativa em 20/9/2012)*